THOMSON REUTERS HIGHQ

Afinal, o que é uma **plataforma jurídica** e por que ela é importante agora?

Joseph Raczynski

THOMSON REUTERS®

No passado, falei sobre um possível tsunami de mudanças no setor jurídico. Isso é algo que venho observando cuidadosamente há muitos anos, mas atualmente acho que é a mudança que está prestes a ocorrer.

Durante uma discussão recente sobre startups de tecnologia jurídica, o Prof. Richard Susskind mencionou que há vários anos existiam algumas centenas de startups no cenário jurídico, e atualmente existem algumas milhares. Este é um catalisador para a ideia de uma plataforma jurídica. Como o setor integra todas essas empresas distintas e seus aplicativos, fazendo-os trabalhar em conjunto? Bem, as soluções estão sendo formuladas, mas primeiramente precisamos entender os conceitos.

O que é uma plataforma?

As plataformas existem há séculos e em várias formas. Em resumo, criam um ecossistema ou ambiente que permite que pessoas e empresas participem, desde que cumpram as regras e normas estabelecidas. Em última análise, essa confluência cria um efeito de rede para a comunidade. Por exemplo, a Apple criou uma plataforma na qual qualquer pessoa que utiliza um conjunto de códigos padrão pode programar seu aplicativo e carregá-lo na App Store para ser vendido. Muitos requisitos são atendidos antes que o aplicativo esteja disponível na App Store, como segurança, desempenho, design e compromissos legais. A especificidade é granular, por exemplo, um ícone só pode ter um determinado tamanho, e há um limite de 4.000 caracteres para a descrição do aplicativo.

Fundamentalmente, o que esta plataforma oferece ao consumidor é uma experiência amigável, consistente e confiável, que é muito segura. Tanto o desenvolvedor sabe o que esperar, já que a plataforma da Apple dita as regras, quanto o consumidor tem expectativas justas e razoáveis sobre sua interação ao navegar, comprar e baixar um aplicativo na plataforma.

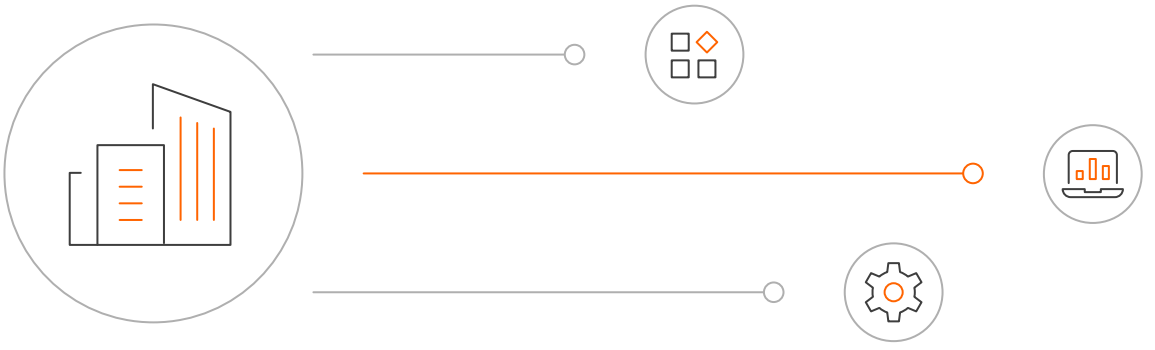
As seis partes das plataformas

Um dos principais benefícios de uma plataforma é a comunicação transparente com outro sistema. O conceito de que ferramentas ou aplicativos podem interagir na plataforma trocando informações ou aproveitando outros softwares, serviços ou até mesmo o hardware. Por exemplo, se eu conceder permissão ao meu aplicativo bancário, o meu celular pode interagir com a câmera desse celular para tirar a foto de um cheque que desejo depositar. Meu aplicativo de supermercado pode interagir com meu GPS, alertando-me sobre um desconto de 50% no café orgânico etíope quando passo perto do supermercado. O compartilhamento de informações, por meio da permissão, entre aplicativos interconectados gera eficiência e um fluxo de trabalho, o que, como descreveremos mais tarde, é importante no setor jurídico.

História das plataformas jurídicas

Em 2018, as plataformas jurídicas decolaram. O conceito, ou talvez o termo, embora não fosse novo na maioria dos setores, era uma novidade no mercado jurídico. Imagine um mundo onde centenas, e agora milhares, de empresas emergentes existem em todo o mundo. Todas elas têm suas próprias bases de código, desenvolvidas em uma infinidade de linguagens de programação, e todas concorrendo para conquistar a atenção de grandes e pequenos escritórios de advocacia, tanto nos negócios quanto na prática do Direito. Muitas dessas startups, concorrendo com uma série de players conhecidos no cenário jurídico, inundaram o mercado como uma nova corrida do ouro.

Como um escritório de advocacia gerencia uma grande variedade de aplicativos, principalmente no que tange à instalação, conformidade e segurança de cada um?



A primeira plataforma criada teve como foco inicial um conceito chamado *conteinerização* no mundo dos softwares e aplicativos, no entanto, essencialmente estamos descrevendo a padronização, com ênfase na segurança.

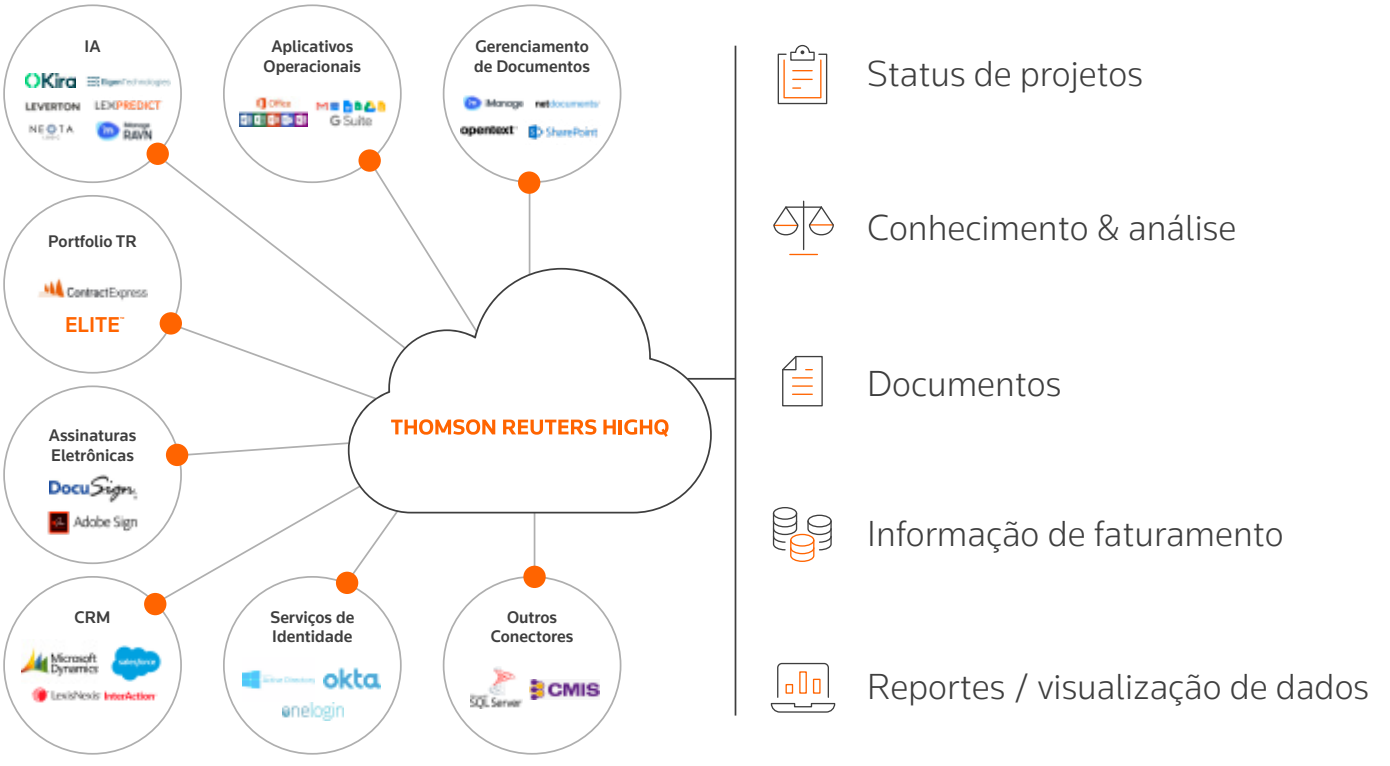
Os escritórios de advocacia foram atingidos de forma especialmente dura nos últimos cinco anos, com hackers focados em explorar a propriedade intelectual ou outros dados por trás dos firewalls desses escritórios. A explosão de novos aplicativos nessa miríade de bases de códigos complica ainda mais a segurança. Pergunte a qualquer empresa especializada em aplicativos e TI. Quando um novo plug-in de um fornecedor para o Microsoft Word é adquirido pela empresa, a área de TI deve testar esse plug-in **i**) para verificar se este funciona na sua versão do Word; **ii**) para testar se interfere em outros 30 plu-gins já incorporados no Word; **iii**) para verificar se isso interfere em quaisquer outros aplicativos da empresa.

Este é um grande problema e uma fonte de custos para as organizações. Algumas empresas que conheci têm uma janela de seis a doze meses para lançar um único plug-in, principalmente como resultado dos testes necessários.

Outras plataformas jurídicas também entraram nessa competição. Algumas organizações no cenário jurídico estão posicionadas de forma única, não apenas para criar uma plataforma, mas hipoteticamente para ter centenas de aplicativos jurídicos atuando no topo da plataforma desde o seu início. A reviravolta surpreendente que estamos vendo acontecer, consistente com todos os setores que estão amadurecendo, é um jogo para incluir todos os concorrentes em uma única instância. Neste mundo de plataformas, pode haver jardins murados, mas plataformas totalmente abertas são ainda mais poderosas. Quando as organizações constroem um espaço onde todos podem participar, isso quebra fronteiras e permite que os clientes tirem o máximo proveito.

Na verdade, a plataforma perfeita não tem paredes, e todos os participantes, empresas de todo o cenário da tecnologia jurídica, podem colocar seus aplicativos nessa plataforma, até mesmo os concorrentes daqueles que criam a plataforma jurídica.

Integrando a plataforma



Uma vez que a plataforma jurídica é alavancada, podemos observar no gráfico acima que as ferramentas podem ser integradas de acordo com a inclinação organizacional. Enquanto a maioria dos escritórios de advocacia tende a ser lojas Microsoft, há algumas agências de consultoria globais, como as firmas de contabilidade "Big 4", que estão usando o G-Suite do Google.

Nesse novo reino, todas as opções são viáveis e permitidas, possibilitando que cada organização escolha sua própria aventura ou combinação de produtos e serviços para melhor atender seus clientes ou consumidores. Embora a plataforma jurídica ainda esteja na sua infância, atualmente existem várias organizações que já estão concorrendo neste espaço.

A experiência da plataforma

Para acessar uma plataforma, os usuários efetuam o login nos seus computadores usando suas credenciais do Active Directory (AD) — normalmente suas informações de login do Windows. Uma vez verificados, os usuários acessam uma página personalizada que os conhece profissionalmente, por exemplo, como um sócio de contencioso de propriedade intelectual, trabalhando em cinco casos para três clientes. Em seguida, as plataformas fornecem acesso a uma série de recursos aos usuários. Todas essas informações são fornecidas, incluindo quantas horas cobraram, o conhecimento atual sobre seus clientes, seus últimos registros e talvez até mesmo uma visão de painel de todas as matérias envolvidas em andamento dos seus associados.

Quando um sócio precisa de um aplicativo para analisar uma descoberta ele pode acessar a App Store de Plataformas Jurídicas, ver quais aplicativos de eDiscovery aprovados foram autorizados e aprovados pela firma e baixá-lo imediatamente para uso.

A plataforma integra fluxos de atividades, equipes, pesquisas, documentos, painéis de cobrança e a interconectividade de aplicativos que podem criar um fluxo de trabalho e aumentar a produtividade e eficiência, tudo isso em uma plataforma segura baseada na nuvem.

THOMSON REUTERS®

Conheça nossa biblioteca de conteúdo para ter acesso a outros materiais sobre gestão e o futuro do Direito.

THOMSON REUTERS®